

COBERTURA DO AFUNDAMENTO DA P-36: UMA NOVELA EXIBIDA VIA JORNAL NACIONAL

Iluska Coutinho

Umesp/Faesa

Resumo: *Esse trabalho trata da existência de uma aproximação entre a forma de contar uma história no jornalismo de televisão e a ficção televisiva seriada. A utilização de recursos para atrair a atenção e despertar a emoção do telespectador seria um instrumento na construção de matérias em nossos telejornais, apresentados como uma espécie de drama informativo. Esse trabalho tem como objeto a cobertura do afundamento da plataforma petrolífera P-36 durante cinco edições do Jornal Nacional. O material audiovisual foi submetido a análises de conteúdo e textual para que, com o suporte teórico de Wolton e autores ligados ao telejornalismo e também à análise da narrativa, pudesse ser interpretado com uma novela jornalística.*

Pesquisas realizadas nas principais bases de dados disponíveis atualmente no Brasil indicam que o telejornalismo não recebeu ainda da academia a atenção que deveria. Grande parte dos trabalhos realizados com essa temática enfatiza a questão do uso social das informações fornecidas via telinha, com destaque para visões do veículo ainda como uma perspectiva como “manipulador da opinião pública”.

Não pretendemos aqui realizar uma digressão histórica para evidenciar as ligações estreitas do veículo televisão, e de seus proprietários, com os ocupantes do poder no período do chamado regime ou ditadura militar, o que talvez pudesse funcionar como uma chave para a compreensão de grande parte das abordagens que estudos sobre a TV têm recebido em nossa academia. Essa postura foi definida por Squirra como uma “animosidade contra o próprio veículo” (SQUIRRA, 1993, 101).

O “enquadramento” que pretendemos evidenciar e/ou recortar nesse artigo, para usar um termo também que faz parte da construção da notícia em TV, é a existência de uma proximidade entre jornalismo e dramaturgia no veículo televisão que mereceria estudos mais constantes e cuidadosos. Na linha de pesquisa ou estudos que Wolton definiu como ideologia política da TV (WOLTON, 1996) muito já se falou sobre os limites entre real e ficção, ou sobre sua ausência, e

mesmo sobre a capacidade da TV de criar “simulacros do real”. Apesar disso ainda estaríamos carentes de trabalhos voltados para o âmbito da produção de notícias na telinha.

O formato de manual que marca outra significativa parte das publicações na área do jornalismo televisivo estaria alinhado com as perspectivas da ideologia técnica, ainda segundo a distinção proposta por Wolton. Nesses casos os trabalhos apresentam regras básicas e dicas para redação de textos na TV, em livros normalmente escritos por profissionais com vivência de mercado que utilizam como argumento de autoridade a experiência nas emissoras de televisão brasileira.

Ainda que, como ressaltou Arlindo Machado (2000) seja possível amar a televisão, as análises sobre o fazer jornalístico nesse veículo têm acumulado até aqui uma dívida com a academia e sobretudo com a população brasileira, que a grosso modo se informa quase prioritariamente pelos telejornais. É certo que, retomando Wolton, a TV é um objeto difícil de analisar:

“A televisão encontra-se, portanto, encurralada entre os discursos apaixonados e os políticos, que não contribuem, nem uns nem outros, para uma lógica do conhecimento”
(WOLTON, 1996, 48).

Para além da jogo entre representação e registro que marca todas as mensagens ancoradas no chamado “mundo objetivo”, o que pretendemos analisar é o fato de que as notícias exibidas em nossos telejornais têm uma série de características que as aproximam do terreno da encenação, entendida aqui como uma espécie de representação no seu sentido mais próximo da dramaturgia.

Consideramos aqui a existência de aproximações entre as atividades das equipes de reportagem em jornalismo, na apuração, gravação e edição de material a ser exibido nos programas de televisão e a produção de ficção televisiva. É o caso da preocupação de repórteres e cinegrafistas em buscar um bom cenário e enquadramento, para a realização de passagens ou mesmo de entrevistas; dos parâmetros que compõem um “figurino padrão” para os jornalistas que estão à frente das câmeras; na aparente tentativa de interpretar o texto da matéria para o telespectador.

Para além dessa proximidade, que perpassa a produção do telejornalismo, as rotinas de repórteres e apresentadores, acreditamos que há uma maneira peculiar de estruturar a notícia em

televisão e mesmo na definição do conceito do que seria notícia nesse veículo. Em outras palavras, partindo da definição romântica de jornalistas como profissionais da arte de contar histórias reais, na televisão essa tarefa seria levada “ao pé da letra”, em uma aproximação com narrativas dramáticas, ficcionais inclusive, e muitas vezes distanciando-se das regras jornalísticas previstas em outros mídia, como a abertura da matéria pelo que é mais importante, pelo lead.

Nossa principal questão se refere a esta aproximação do gênero jornalístico em televisão, do telejornal, com outras estruturas narrativas de ficção seriada, também já tradicionais no veículo que é quase exclusivamente o meio de informação de grande parte da população brasileira. Para isso vamos nos ocupar nesse texto da análise da forma como foi (re)construído um acontecimento na cobertura jornalística (?) de uma rede de televisão brasileira: a TV Globo.

Essa aproximação entre jornalismo e dramaturgia seria mais evidente em determinado tipo de matérias, como naquelas classificadas como de comportamento, nos chamados fait-divers, mas também estariam presentes no registro de temas factuais, como nas reportagens de polícia, por exemplo. Em outras palavras, essa dramaturgia seria uma característica intrínseca aos conteúdos de jornalismo de televisão.

O objeto de nossa análise é exatamente um tema que poderia ser definido como factual, da chamada ordem do dia: o acidente com uma plataforma da Petrobrás, a P36, localizada na Bacia de Campos. Porém, antes da análise de nosso caso concreto, fazemos uma breve recuperação histórica do jornalismo nas emissoras de TV brasileira, e de seu estudo.

Breve resgate histórico do Telejornalismo no Brasil

O início da produção noticiosa em televisão praticamente coincide com a chegada do veículo no Brasil, em 1950. O primeiro telejornal, “*Imagens do Dia*” entra no ar no segundo dia de exibição da primeira emissora de televisão brasileira, a PRF-3 TV Difusora ou Tupi de São Paulo.

Em termos mundiais A TV informativa surge nos EUA em meados dos anos 50 e especialmente na década de 60. Nessa época a linguagem da TV era a mesma na América e na Europa. “La imágenes eran simples accidentes que, con suerte, no introducían ningún ruido en el mensaje informativa” (ROGLÁN & EQUIZA, 1996, 09).

Essa forma de entender e fazer televisão segue até 69. O marco de ruptura teria sido a chegada do homem à lua em 20 de julho de 1969, quando pela primeira vez uma mesma imagem era vista, ao mesmo tempo em diferentes lugares do mundo trazendo credibilidade para a TV.

Começam a surgir jornalistas de TV e a academia, em estudos, começa a tratar da nova linguagem que mesclava o icônico com o verbal, espécie de dialeto do radiofônico. Os primeiros livros de TV também surgem na década de 70.

No Brasil poderíamos considerar que o primeiro telejornal a realizar o salto para uma linguagem audiovisual, diferente do estilo radiofônico que caracterizou o Repórter Esso, da Tupi, teria sido o Jornal Nacional, da TV Globo. O telejornal foi também o primeiro programa a ser transmitido em rede em todo o país.

Além do pioneirismo, os índices de audiência que o telejornal veiculado em horário nobre via “Vênus Platinada” atinge até hoje, do “ferimento imposto à Deusa”, são uma inegável constatação da importância da produção de notícia em televisão, especialmente quando veiculada entre um “plim-plim” e outro. “O telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público, em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la enquanto espera a novela”, salienta Rezende (2000, 23) se referindo à grade de programação da TV Globo, onde o telejornal noturno é apresentado entre as novelas das 19h e 20h30.

Ao longo de quase mais de trinta anos de existência a receita do telejornal exibido pela Rede Globo no chamado prime-time ou horário nobre passou por uma série de alterações. Além da alteração das temáticas ou conteúdos considerados prioritários em diferentes momentos, houve também mudanças na forma de apresentação e de estruturação da mensagem jornalística no programa.

Uma das mais alterações mais evidentes foi a substituição dos apresentadores Cid Moreira e Sérgio Chapellin por jornalistas que acumulavam a edição do telejornal com a leitura das manchetes frente à telinha. Essa aproximação com a figura de um apresentador mais próximo do conceito de ancoragem não representou contudo uma mudança mais efetiva no perfil do programa.

O Jornal Nacional teria o discurso de defesa de uma postura neutra no tratamento das informações, aliado ao chamado padrão globo de qualidade, evidenciado em uma preocupação com a qualidade técnica, com e arriscaríamos dizer mais com a forma do que com o conteúdo do material apresentado. “O formato espetacular, comum às emissões de ficção e de realidade, representou a fórmula mágica capaz de magnetizar a atenção de um público tão diversificado” (REZENDE, 2000, 25).

A produção de trabalhos escritos sobre telejornalismo, analisado com relação a técnica e/ou linguagem, começa no Brasil da década de 70. Com duas décadas de atraso desde a veiculação do primeiro telejornal brasileiro, em 1950, o livro de Walter Sampaio “Jornalismo audiovisual – Rádio, TV e Cinema” é a primeira publicação sobre o noticiário em televisão.

O caráter de “manual” que marca o primeiro livro sobre telejornalismo publicado no Brasil também está presente em “Jornalismo na TV”, do apresentador do Repórter Esso, Gontijo Teodoro (1980) e em várias obras disponíveis atualmente. É o caso, por exemplo, de “O texto na TV - Manual de telejornalismo”, de Vera Íris Paternostro, publicado em 1987 e reeditado em 1999; de “Telejornalismo”, de Albertino Aor da Cunha e ainda de “Ponto Eletrônico – dicas para fazer telejornalismo com qualidade”, Flávio Prado, só para citar alguns.

Obras de referência, sobretudo, para o ensino de Telejornalismo nos cursos de Comunicação Social, e para o iniciante na prática do jornalismo em televisão esses livros parecem ter sido inspirados na obra em que se baseou o Manual da TV Globo (outra consulta recorrente para estudantes e professores de graduação), “Television News”, de Irving Fang.

Publicado em 1972 o livro poderia ser considerado o “Manual dos manuais”, já que traz uma série de recomendações como “o repórter ou redator deve considerar a audiência como uma pessoa apenas, sozinha”. Qualquer semelhança com as referências a “Dona Maria” não terá sido mera coincidência.

Resultado da tese de doutorado do autor é apresentada uma receita para escrever de forma clara as notícias de televisão, a ELF – Easy Listening Formula. Segundo a fórmula em qualquer sentença deveríamos contar as palavras com mais de uma sílaba, atribuindo um ponto a termos com duas sílabas, dois com três e assim por diante. Segundo o método de Fang as sentenças com um saldo de mais de 20 pontos deveriam ser reestruturadas ou divididas já que as frases seriam “pacotes de informação” e ainda na avaliação de que palavras longas geralmente têm compreensão mais difícil.

Dessa fórmula derivariam orientações padrão em uma série de textos sobre jornalismo de televisão como: “não construir frases e orações longas”; “em caso de sinônimo preferir palavras curtas”; “eliminar termos desnecessários”. “Jornalismo poderia ser considerado um processo de eliminação. Se uma palavra ou sentença não forem necessárias, omita-as”^{ix} (FANG, 1972, 169).

No livro de Irving Fang há ainda referências ao insucesso do método da pirâmide invertida no jornalismo televisivo e à utilização da repetição como recurso de linguagem e informação.

Além dos “manuais de telejornalismo” há uma série de trabalhos de caráter autobiográfico publicados por profissionais de destaque nas emissoras de televisão brasileira como Alexandre Garcia, Fernanda Esteves, Pedro Bial e Caco Barcelos. Escritos em forma de depoimento ou quase romanceados os livros aliam o relato de experiências a dicas sobre como se sair bem na função de repórter de televisão.

Outro tipo de trabalho publicado sobre telejornalismo é aquele que resulta de uma pesquisa científica, quase sempre realizada no âmbito da academia. Um desses trabalhos é “Muito além do Jardim Botânico”, de Carlos Eduardo Lins da Silva, que investiga a apropriação do Jornal Nacional, da TV Globo, pela classe operária.

Além de uma análise preliminar do noticiário, dos critérios de seleção de temas na TV, no livro há um destacado viés crítico e ainda de engajamento na pesquisa: “Boa parte dos trabalhos acadêmicos que lidam com a televisão no Brasil são interpretações de conteúdo. (...) Só que isso apenas não é suficiente. (...) Interpretar o mundo apenas não é suficiente; é necessário tentar modificá-lo quando não se está satisfeito com o que se tem.” (SILVA, 1985, 50).

Os trabalhos apresentados em congressos e seminários científicos ou profissionais e ainda os livros publicados por S.Squirra são outra fonte importante na área de telejornalismo. Entre eles merecem destaque “Aprender telejornalismo-produção e técnica” (1989) e “Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro” (1993).

O primeiro livro apresenta a linguagem de televisão, com seus planos e processos técnicos característicos, e “pontua as questões referentes ao surgimento da expressão cinética” (SQUIRRA, 1993, 103). O outro analisa a influência e adoção de modelos norte-americanos no jornalismo televisivo brasileiro para concluir que a implantação do sistema de ancoragem no Brasil teria um “jeitinho” particular.

Resultado de sua tese de doutorado, “Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial”, de Guilherme Jorge de Rezende agrega uma pesquisa empírica realizada em edições de três telejornais de rede nacional a um trabalho de reflexão sobre o discurso da TV, o espaço do verbal no telejornalismo e ainda uma análise dos formatos opinativos no veículo.

Essas obras oferecem o suporte teórico-técnico para a análise que realizamos a seguir.

O acidente com a Plataforma Petrolífera: análise do fato no Jornal Nacional

Nossa análise tem como objeto empírico a cobertura realizada pelo Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo, na semana posterior ao acidente. Dessa forma poderíamos considerar que temos como objeto não a cobertura do chamado “fato gerador”, mas de seus desdobramentos, convertidos em uma espécie de ‘novela jornalística’ nas edições do noticiário televisivo.

O acidente com a plataforma de extração de petróleo localizada na bacia de Campos aconteceu na madrugada de 15/3, uma Quinta-feira. “Foi o segundo maior acidente da história da Petrobras e o terceiro este ano na bacia de Campos”, segundo informam em matéria publicada na Folha de São Paulo de 16 de março os jornalistas Elvira Lobato e Chico Santos.

Em operação há apenas dez meses o cenário das explosões, e da morte de onze petroleiros, foi a maior plataforma de produção de petróleo em alto-mar do mundo. Localizada no campo de Roncador, a 120 quilômetros da costa, num local em que a profundidade do mar ultrapassa 1300 metros, a P-36 era o local de trabalho de 175 pessoas, no momento do acidente.

Depois da retirada dos funcionários começava a tentativa de “salvar a plataforma”, para tomar uma expressão usada à exaustão nos telejornais da Rede Globo. Com as explosões em uma de suas quatro colunas de sustentação, no dia do acidente, por volta de 12 horas, a P-36 havia atingido inclinação de 30° em relação ao mar. O afundamento era considerado pela Petrobras um grande risco, ambiental (chances de vazamento de 1,5 milhão de litros de combustível) e principalmente financeiro na medida em que a plataforma era “um gigante de um bilhão de reais”, como definia uma das manchetes da escalada de abertura do Jornal Nacional de 19 de março.

A cobertura jornalística do acidente com a P-36 suscitou saudades de Paulo Francis no jornalista Alberto Dines, em artigo publicado no Observatório da Imprensa de 21 de março. “Não temos jornalistas especializados em petróleo – essa é a verdade. Cobrimos as catástrofes petrolíferas como cobrimos um desastre ferroviário”, avaliava Dines, para quem a mídia tinha se concentrado nos elementos dramáticos do acidente, desfocando na cobertura os aspectos econômicos e/ou de má gestão administrativa.

É precisamente sobre esse viés da atenção aos aspectos dramáticos, não apenas do acidente, mas especialmente de sua re-construção via noticiário televisivo que abordaremos as matérias veiculadas no Jornal Nacional no período que vai de 19 a 23 de março. A semana de

análise, posterior àquela em que ocorrem as explosões, é marcada pelo afundamento da plataforma, pelo encerramento das buscas dos corpos dos petroleiros desaparecidos e pelo questionamento da conduta de gerentes da Petrobras.

A opção por realizar a análise da cobertura via matérias veiculadas no noticiário da TV Globo estaria motivada em um primeiro momento pela reação que as reportagens do Jornal Nacional provocaram na telespectadora. Alie-se a isso o fato das imagens do momento em que a plataforma afundou terem sido obtidas, exclusivamente, pela Central Globo de Comunicação, o que foi evidenciado em repetidas chamadas e textos dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes.

As razões dessa exclusividade, para além de representar a capacidade da emissora de “estar no lugar certo, na hora certa”, poderiam ter ligações com o próprio espaço de protagonismo no jornalismo televisivo brasileiro que as Organizações Roberto Marinho “roteirizam” para si, como denuncia texto obtido no site do Jornal do Brasil:

“Os quatro helicópteros de longo curso baseados em Macaé e disponíveis para aluguel ficaram, durante toda essa sexta-feira, sob controle da TV Globo. Um para a emissora filmar o desastre da plataforma P-36 e os demais no chão, para que as outras emissoras não tivessem acesso ao local da tragédia, a 120 quilômetros de distância da terra firme. A TV Bandeirantes alugou um helicóptero no Rio, mas o aparelho não teve permissão para se aproximar do local do acidente.” (JORNAL DO BRASIL, 16-3-2001)

Esse tipo de “relações perigosas” estabelecidas pela TV Globo em sua prática de gestão, facilmente objeto de críticas de ordem ética e mesmo concorrência-mercado, poderiam ter ligações com o próprio processo de instalação da emissora, de acordo com a legislação brasileira um serviço público de radiodifusão.

“A concessão do canal (TV Globo/Rio) foi feita pelo governo federal em 30/12/1957 e a estruturação da emissora (importação de equipamento, construção do edifício, treinamento de pessoal etc) durou oito anos” (MELO, 1988, 13). Oficialmente a TV Globo entra no ar em 26 de abril de 1965, evidenciando o não cumprimento dos prazos estabelecidos por lei, sem que entremos na discussão do atacado acordo Time-Life.

A Globo entra no ar sem que sua programação tivesse o aval popular, mas o perfil da emissora e de sua relação com o público começam a mudar um ano depois quando uma enchente atinge a cidade do Rio de Janeiro. A postura da emissora no episódio, com a uma cobertura jornalística diferenciada, quase toda em direto, aliada a uma campanha de solidariedade desenvolvida via telinha, fizeram com que a TV Globo estabelecesse um “pacto com a sociedade carioca”, como já definiram profissionais da emissora em textos de caráter histórico. Mais que isso, os índices de audiência e aceitação popular que a Globo colheu no episódio demonstraram, já em finais da década de 70, que a mistura telejornalismo+emoção poderia ser garantia de sucesso.

Essa receita foi seguida ao pé da letra na cobertura analisada nesse trabalho. O material sobre o acidente com a plataforma P-36 veiculado em cinco edições do Jornal Nacional foi submetido dois tipos de análise: de conteúdo e textual. O primeiro tipo de análise, em que as matérias veiculadas foram consideradas o corpus textual de análise, tornou possível identificar o espaço da cobertura no telejornal, os tipos de recursos do telejornalismo utilizados e ainda as fontes priorizadas para obtenção de informação e construção de uma narrativa jornalística televisiva.

Um dos indicativos para avaliar o espaço e a importância de um tema dentro de um telejornal, assim como sua capacidade para emocionar e atrair a audiência pode ser sua presença entre as manchetes do programa, na chamada Escalada, para usar o jargão do telejornalismo. Em quatro das cinco edições do Jornal Nacional analisadas os desdobramentos do acidente com a plataforma P-36 estiveram na escalada de abertura. Ao todo foram onze manchetes que a dupla de apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes dedicaram ao tema. O único dia em que

não houve a participação do tema nas manchetes de abertura do telejornal foi a sexta-feira(23/3), oito dias após o acidente. Ainda assim a investigação das causa do acidente com a P-36 foi chamada matéria do dia, a primeira a ser apresentada.

Na verdade a prioridade na apresentação da cobertura do caso analisado foi uma marca durante toda a semana. O único dia em que a matéria sobre o acidente com a plataforma não foi a primeira a ser veiculada no programa foi a quinta-feira, 22 de março. Nesse dia, em que o telejornal foi interrompido para exibição de propaganda eleitoral gratuita, a matéria foi tema de duas manchetes e ainda de chamada de bloco que envolveu, além de uma dobradinha com participação dos dois apresentadores, a utilização de vinheta com imagens, sobrepostas por uma espécie de “intertítulo”: Revelações. Assim, quem perderia o terceiro bloco?

A análise quantitativa do espaço que a cobertura do desdobramento das explosões na plataforma petrolífera da Bacia de Campos recebeu dentro do jornal foi feita levando em conta dois aspectos: o tempo ocupado pelas matérias e o número de reportagens apresentadas. O tempo e o número de matérias ou VT's foram sempre analisados em relação com a produção jornalística apresentada nas cinco edições do telejornal.

Para a análise do tempo de cobertura consideramos que o Jornal Nacional teve um tempo médio de produção jornalística de 28 minutos/dia. A exceção foi a quarta-feira, 21 de março, quando a transmissão de um jogo de futebol tornou o telejornal menor: 20 minutos.

Nos cinco dias analisados a cobertura do acidente, incluindo o comentário de Arnaldo Jabor veiculado em 23/3, ocupou 23'01" da produção jornalística apresentada em horário nobre pela TV Globo, 17,4% do tempo total do Jornal Nacional. Vale dizer que a maioria das matérias dedicadas ao tema poderiam ser consideradas longas, a julgar pelo tempo médio dos VT's exibidos no programa. Incluindo o texto lido pelo apresentador a média de tempo das matérias, desconsiderando para o cálculo a entrada ao vivo e o comentário, foi de dois minutos e trinta e seis segundos.

Ao todo foram apresentadas de 19 a 23 de março dez matérias dedicadas a cobertura do acidente com a P-36. Isso representa 18,96% do conjunto de VT's apresentados no período durante o Jornal Nacional. No dia em que a plataforma desapareceu sob as águas da bacia de Campos, terça-feira, 20 de março, a cobertura do tema rendeu quatro reportagens e ocupou 25,21%, um quarto do tempo do programa.

No que diz respeito aos recursos para re-construir uma história em um veículo audiovisual poderíamos dizer que as matérias sobre a P-36 utilizaram-se em sua montagem dos formatos comuns ao telejornalismo: off's, passagens, entrevistas e sobe som. Esse último recurso, que pode contribuir para a conferência de credibilidade ao trazer para a primeira cena os sons de fundo de determinada situação e especialmente para agregar emoção à matéria, foi utilizado de maneira exaustiva durante a cobertura analisada.

Além disso vale chamar a atenção para dois aspectos na construção das matérias. Em todas elas houve gravação/edição de passagem do repórter, talvez como forma de ressaltar a presença da emissora no local do acontecimento, além de contribuir para agregar um aspecto testemunhal à cobertura. Além disso em todos os VT's apresentados houve utilização do recurso da nota-pé, a complementação de dados pelo apresentador, no estúdio. Vale lembrar que os apresentadores também exercem a função de editores, no Jornal Nacional e que, nesse caso, nas reportagens analisadas, a palavra final sempre foi da emissora.

Uma série de fontes de informação participaram de forma direta das reportagens exibidas, através dos recursos de entrevista e sobe som. A empresa proprietária da plataforma, a Petrobras, apareceu doze vezes, somando as entrevistas com autoridades e o sobe som da comunicação via rádio, uma das principais fontes de matéria exibida no dia 19 de março.

Os familiares dos operários mortos estiveram presentes seis vezes, no conjunto de reportagens analisadas. Na maioria das vezes a utilização de entrevistas e sobe som das mulheres das vítimas da P-36 representava o ponto alto da matéria, e conferia dramaticidade ao telejornal.

O sindicato dos petroleiros, o delegado que apura as causas do acidente, funcionários que trabalharam/ fracassaram na tentativa de salvar a plataforma e o um técnico contrato para ajudar no salvamento dos operários, autor da denúncia de que teria uma explosão a mais que as divulgadas pela Petrobras, foram as outras fontes utilizadas para contar aos telespectadores do Jornal Nacional realização de entrevistas.

A análise textual como instrumento de análise é utilizada, segundo Francesco Casetti e Federico di Chio para evidenciar a arquitetura e o funcionamento dos programas estudados, para reconstruir a estrutura e os processos do objeto investigado.

“En realidad, los textos no sólo dicen o muestran algo, sino que también dicen y muestran el modo en que esse algo se propone y se capta.(...)el análisis textual (...)hacia los modos en que dicho

texto se construye y, por otro lado, extiende su atención hacia el modo de interpretar su significado en un sentido global, de valorizar, los tema que se habla y las formas de enunciación de su próprio discurso.”(CASSETTI & CHIO, 1999, 251)

Para a realização dessa análise consideramos as matérias relacionados ao acidente com a P-36, a cobertura realizada durante a semana, como um texto completo, uma espécie de mini-série jornalística. Durante a cobertura realizada pela Rede Globo, como pretendemos demonstrar, podem ser identificados todos os componentes de um drama, seguindo a definição impressa por Aristóteles.

Renata Pallotini, segundo quem a obra dramática seria a princípio uma construção literária, define a ação e o conflito como elementos indispensáveis ao drama, uma história com início, meio e fim.

“(...)estando o ‘autor’ ausente, exige-se do drama o desenvolvimento autônomo dos acontecimentos, sem intervenção de qualquer mediador, já que o ‘autor’ confiou o desenrolar da ação a personagens colocados em determinada situação” (PALLOTINI, 1988, 54).

Na modelo de jornalismo adotado no Brasil, supostamente objetivo, com a exigência de impessoalidade, o autor estaria ausente. O repórter de televisão aparece em geral como narrador da história e, quem fala são as Fontes, as personagens de um drama noticioso.

Nessa análise vamos destacar as características e papéis ocupados pelos personagens de uma “novela jornalística”, além da estrutura narrativa utilizada pela TV Globo na cobertura do acidente com a P-36 durante a semana de 19 a 23/3.

O primeiro personagem a ser analisado é a Petrobras, que fala através de seus diretores e ainda através das vozes de comando da operação de “salvamento da plataforma” utilizadas na matéria veiculada no dia 19 de março. Dessa maneira poderíamos considerar que a empresa estaria representada por dois grandes grupos de atores: técnicos de supervisão e gestores.

O papel assumido pelo personagem Petrobras muda de acordo com o grupo de atores e, especialmente, com o desenrolar da história, dessa narrativa televisiva. O grupo técnicos normalmente assume um papel normativo em nosso drama jornalístico, com falas e depoimentos

ligados às possibilidades, riscos e lembrando aspectos de segurança e da norma da empresa. Poderíamos considerar que esse grupo, que surge com mais frequência nas matérias veiculadas no início da semana, teria uma função de apoio, como coadjuvantes de caráter neutro na ação que se desenrola nas telas dos brasileiros que assistiram ao Jornal Nacional na semana analisada.

Por outro lado o grupo composto pelos gestores da Petrobrás, e especialmente o gerente da Bacia de Campos, Carlos Eduardo Bellot, assumem uma função de protagonismo na história. Se a princípio o caráter desse “personagem” também é neutro, ao longo da semana, e especialmente na matéria veiculada na quinta-feira, 22 de março, ocupa o papel de vilão da história.

A edição da reportagem apresenta uma entrevista que, segundo indicação dos créditos na tela, teria sido realizada no dia anterior (21.03.01) em que através de sua fala o gerente Bellot é identificado como mentiroso. Na mesma matéria o delegado que cuida do caso, Antônio Carlos Carvalho, alerta: “O tomador de decisão, que tinha a obrigação de evitar esse resultado que ocorreu, pode ser indiciado no homicídio culposo”.

Entre os atores coadjuvantes de nossa ação, aparecendo quase sempre como auxiliares no desvendamento da história, teríamos a participação do representante do sindicato dos petroleiros, de uma testemunha que teria visto e gravado uma Quarta explosão na plataforma, do delegado. Há ainda dois funcionários da P-23 que oferecem um testemunho como de uma espécie de heróis vencidos. “Desespero aqui na P-23. Os funcionários choram a perda da maior plataforma do mundo (pausa) e dos nove companheiros que afundam com ela”, informa o repórter-narrador.

Há ainda os familiares dos operários mortos no acidente. As mulheres, protagonistas, se alternam entre a fragilidade/dor expressa no sobe som do choro ao sobrevoar o local onde a plataforma afundou e a força das entrevistas em que as esposas dos operários mortos parecem organizar seu futuro. “Agora eu tenho dois papéis. De pai e de mãe dos meus filhos para encaminhar na vida”, resigna-se Luzineide Portela, esposa do técnico Emanuel Portela, morto no acidente. Assim, na novela informativa apresentada em horário nobre, as mulheres dos operários mortos assumem ora o papel de vítimas, ora o de heroínas, em busca de uma vida sem os maridos e do direito de enterrar seus maridos.

Ao analisar a estrutura narrativa da cobertura no caso P-36 pelo Jornal Nacional utilizamos a premissa de João Hilton Sayeg de Siqueira.

“A narrativa de organiza pela criação de uma expectativa para a personagem e/ou o leitor. Quebra da expectativa, criando um conflito (...)resolução (ou pelo menos tentativa de resolução) do conflito apresentado”(SIQUEIRA, 1992, 27).

As duas reportagens apresentadas no início da semana, no dia 19 de março, seriam responsáveis pela criação de uma expectativa para os telespectadores e mesmo para os personagens. Os técnicos da Petrobras falam das tentativa de salvamento da P-36, na matéria do repórter Edmilson Ávila, que leva jeito de aventura proibida, e ainda sobre os cuidados e regras de segurança em plataformas marítimas, na matéria que mostra o funcionamento da P-40, plataforma que está em teste na baía de Guanabara.

O conflito se instala com o afundamento da P-36, no dia 20 de março. “Nove corpos sepultados pelas águas”, anuncia um apresentador. “Um milhão e meio de litros de óleo no mar”, completa o outro. “A plataforma de um bilhão de reais afunda na bacia de Campos”. Estava dada a largada para a apresentação das reportagens mais dramatizadas de uma cobertura em que se ressaltou todo o tempo o aspecto de drama da história.

O tema P-36 ocupou todo o primeiro bloco do Jornal Nacional, dividido em quatro VT's. Os dois primeiros se referiam ao afundamento da plataforma, o terceiro anunciava a denúncia de que teria havido uma quarta explosão e o último abordava as perdas da Petrobras, agora sem a plataforma.

O tom da narração dos apresentadores é dramático: “Depois de cinco dias de tentativa de salvar a maior plataforma móvel do mundo, a P-36 afundou, com os corpos de nove operários”. A primeira matéria apresenta o registro mais factual do afundamento, do encerramento das buscas, da inexistência de barreiras de contenção, embora a utilização do que poderíamos chamar de “off vivo” tenha contribuído para conferir maior emoção a matéria. O que chamamos de “off vivo” é a narração em off em que não houve edição de imagens, já que o áudio e o vídeo apresentados foram gravados ao mesmo tempo, como em uma passagem.

Esse recurso também é utilizado à exaustão na segunda reportagem do dia. O produto apresentado alterna off's do apresentador William Bonner com os do repórter da Globonews Rodrigo Alvarez. A equipe da Central Globo de Comunicação, composta ainda pelo repórter cinematográfico Egledio Vianna, estava na plataforma com na plataforma de apoio P-23 e

“registrou com exclusividade as imagens do afundamento da P-36”, segundo anúncio publicado na Revista Quem (27/04/2001).

A matéria tenta simular a re-construção do tempo cronológico, com apresentação da passagem de chegada da equipe a plataforma vizinha, seguida por um off do apresentador que informa que uma hora após a chegada da equipe a P-36 começava a desaparecer. “Nós estamos presenciando o momento em que ela está afundando. (...)A plataforma afunda rapidamente”, registra o repórter em uma passagem. A edição nos apresenta em seguida as imagens dos funcionários da plataforma aos prantos, com o registro do sobe som e entrevistas em que os operários da P-26 reconhecem ter perdido a batalha: “É muito triste perder os companheiros dessa forma”.

No dia seguinte, haveria uma expansão do conflito, com a apresentação da emoção das mulheres das vítimas ao sobrevoar o local onde a P-36 afundou. O off do repórter resume o tom da matéria: “Preces da janela do helicóptero. Uma dor que se sustenta em silêncio (pausa) ou aos prantos”.

A tentativa de “resolução do conflito” começa a ser esboçada nas edições seguintes, em que a Petrobras, e especialmente sua gerência em Campos, começam a assumir o papel de vilão desse enredo. Os repórteres da Globo, por outro lado, passariam a desempenhar o papel de “Hobbin Wood midiáticos”, quando “para defender a apuração verdadeira dos fatos, a expressão da verdade” teriam “forçado” a empresa a se manifestar sobre a existência de um relatório anterior a explosão que já apontava problemas na coluna que explodiu.

“Desde o Sábado nós tínhamos a informação de que a Petrobras sabia do defeito de circulação de gás na P-36. Nós procuramos a empresa, que três vezes desmentiu a informação. Hoje nós voltamos a procurar a Petrobras, agora com os documentos que comprovam a falha. Horas depois a direção da empresa divulgou esse comunicado oficial”, é o texto do repórter Vinícius Dônola que marca o tom da cobertura no final da semana.

Há que se lembrar que os dramas devem, se possível, ser concluídos com uma espécie de receita moral. No caso dessa cobertura esse papel seria explicitado no comentário de Arnaldo Jabor, que apresentado após uma entrada ao vivo da sede da Petrobras, encerra nosso objeto de análise. “De quem é a culpa? (...)A Petrobras era uma ilha fechada ao mundo. Com a queda do monopólio a empresa teve que enfrentar a competição, a modernização, e a empresa ficou sem

um claro rumo administrativo. (...)O Brasil pode acabar como a plataforma: afundando num mar de chantagens e denúncias”, alerta o comentarista.

Dessa forma estava garantido o gancho, recurso utilizado pelos roteiristas de ficção para manter a audiência em suspenso, garantindo que os próximos capítulos da trama sejam seguidos. Para além das evidências de que haveria uma aproximação com o universo da produção de ficção é fundamental estabelecer como diferença, os pressupostos do telejornalismo tendo como limite final a questão da credibilidade da informação. Mais que isso é preciso garantir que a informação seja apresentada ao (tele)espectador de forma fiel e ética, independente dos recursos técnicos, narrativos ou dramáticos utilizados na sua elaboração.

Referências Bibliográficas

- CASETTI, Francesco & CHIO, Federico di. **Análises de la televisión** – instrumentos, métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Paidós, 1999. 384p.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000. 244p.
- PALLOTINI, Renata. **Introdução a dramaturgia**. São Paulo: Ática, 1988
- SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. **Organização textual da narrativa**. 1ª Ed. São Paulo: Selinunte, 1992. p.120
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial** – São Paulo: Summus, 2000.
- MARQUES DE MELO, José. **As Telenovelas da Globo** – Produção e Exportação. São Paulo: Summus, 1988. (68 páginas)
- ROGLÁN, Manuel & EQUIZA, Pilar. **Televisión y lenguaje** - aportaciones para la configuración de un nuevo lenguaje periodístico. Córcega, Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- SQUIRRA, S. **Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 206p
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público** - uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996